

FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
DEPARTAMENTO DE DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL
PROGRAMA PARA O CONCURSO DE PROFESSOR ADJUNTO DE DIREITO
PROCESSUAL CIVIL - 2014



1. JURISDIÇÃO

1.1. Jurisdição:

- a) conceito e características;
- b) princípios;
- c) função jurisdicional e as demais funções do estado.
- d) a jurisdição no Estado contemporâneo

1.2. Limites da jurisdição:

- a) extensão e limites da jurisdição;
- b) limites internacionais;
- c) limites nacionais.

1.3. Poder judiciário:

- a) funções;
- b) sua estrutura constitucional;
- c) órgãos federais e estaduais.

1.4. Garantias do judiciário:

- a) garantia do poder judiciário;
- b) garantias do juizes.

1.5. Jurisdição voluntária:

- a) conceito;
- b) teorias;
- c) peculiaridades.

1.6. Equivalentes jurisdicionais:

- a) conciliação;
- b) transação;
- c) arbitragem;
- d) sentença estrangeira.

2. AÇÃO

2.1. Ação:

- a) conceito;
- b) teorias civilistas;
- c) teorias autonomistas;
- d) a posição do código;
- e) direito fundamental de ação e tutelas dos direitos

2.2. Condições da ação:

- a) possibilidade jurídica do pedido;
- b) legitimidade para a causa;
- c) interesse de agir;
- d) as teorias de crítica às condições da ação

2.3. Classificações das ações:

- a) critérios;
- b) classificação pela natureza da sentença pretendida.

2.4. Identidade e semelhança entre ações:

- a) identidade;
- b) os elementos da ação;
- c) semelhança: hipótese e consequência.

2.5 Exceção:

- a) a bilateralidade da ação e do processo;

- b) conceito e natureza jurídica de exceção;
- c) classificação das exceções.

3. PROCESSO

3.1. Processo:

- a) processo e procedimento;
- b) natureza jurídica do processo;
- c) relação jurídica processual e relação jurídica material.
- d) o processo e os direitos fundamentais

3.2. Tipos do processo:

- a) processo de conhecimento;
- b) processo cautelar;
- c) processo de execução.

3.3. Sujeitos do processo:

- a) o juiz;
- b) autor e réu, o litisconsórcio;
- c) terceiros intervenientes: breve noção;
- d) ministério público;
- e) advogado.

3.4. Pressupostos processuais:

- a) conceito;
- b) classificação;
- c) efeitos.

3.5. Tramitação do processo:

- a) instauração, curso e término do processo;
- b) suspensão do processo.

4. TEORIA GERAL DA PROVA

4.1. Natureza das normas sobre prova

- a) função jurisdicional
- b) prova e forma do ato jurídico
- c) direito intertemporal e direito internacional

4.2. Inatingibilidade da verdade absoluta: princípio da verossimilhança

4.3. Conceito de prova

4.4. Objeto da prova

4.5. Princípios probatórios

- a) princípio da imediação
- b) princípio do contraditório
- c) princípio do ônus da prova
- d) princípio da necessidade da prova nos autos
- e) princípios da persuasão racional e da iniciativa probatória do juiz - v. adiante.

4.6. A iniciativa probatória do juiz

4.7. Meios de prova

- a) ampla admissibilidade dos meios probatórios
- b) provas ilícitas

4.8. O procedimento probatório

- a) proposição
- b) deferimento das provas
- c) produção das provas
- d) antecipação da prova
- e) prova emprestada

4.9. Valoração da prova

- a) livre convencimento
- b) prova legal (prova tarifária)



- c) sistema da persuasão racional (ou do convencimento motivado)
- 4.10. Indícios, presunções, "máximas da experiência"
- 4.11. Prova e convencimento judicial
 - a) prova e justificação
 - b) módulos da prova e modelos de constatação probatória
 - c) formação do convencimento judicial
 - d) convencimento judicial e argumentação



5. SENTENÇA

- 5.1. Conceito
- 5.2. Requisitos
- 5.3. Sentenças nulas e sentenças inexistentes
- 5.4. Classificação das sentenças
 - a) sentenças definitivas e terminativas
 - b) classificação das sentenças definitivas
 - c) sentença e tutela dos direitos.
- 5.5. Publicação e intimação da sentença.
- 5.6. Efeitos secundários e efeitos anexos
 - a) condenação em custas;
 - b) constituição de hipoteca judiciária;
 - c) efeitos civis das sentenças penais.
- 5.7. Sentenças sujeitas ao duplo grau de jurisdição obrigatório:
 - a) art. 475 do Código de Processo Civil;
 - b) procedimento;
 - c) efeitos.

6. TEORIA GERAL DOS RECURSOS

- 6.1. Princípios gerais:
 - a) conceito e fundamento dos recursos;
 - b) duplicidade de graus de jurisdição;
- 6.2. Pressupostos recursais;
- 6.3. Natureza da sentença sujeita a recurso
- 6.4. Efeitos dos recursos.
- 6.5. Extinção do recurso:
 - a) renúncia;
 - b) deserção e desistência;
 - c) julgamento: juízo de admissibilidade e juízo de mérito.
- 6.6. Recurso principal e recurso adesivo.

7. COISA JULGADA E PRECLUSÃO

- 7.1. Preclusão:
 - a) conceito;
 - b) características;
 - c) efeitos.
- 7.2. Coisa julgada:
 - a) conceito;
 - b) natureza política;
 - c) principais doutrinas a respeito.
 - d) coisa julgada e preclusão;
 - e) coisa formal e coisa julgada material.
- 7.3. Limites da coisa julgada:
 - a) limites subjetivos;
 - b) limites objetivos;
 - c) coisa julgada e relações continuativas.



7.4. Desfazimento da coisa julgada:

- a) ação rescisória
- b) impugnação ao cumprimento de sentença e embargos de executado;
- c) ação anulatória (art.486);
- d) mandado de segurança;
- e) as teses relativas à infringência da coisa julgada por instrumentos atípicos (“relativização” da coisa julgada).

8. TUTELA PROVISÓRIA CAUTELAR E ANTECIPADA

8.1. Tutela cautelar.

8.1.1. O conceito de tutela cautelar. Autonomia da função cautelar. O perigo de dano iminente e irreparável. Discussão sobre a autonomia da função cautelar.

8.1.2. O poder geral de cautela. Medidas cautelares típicas e atípicas. Adequação e fungibilidade das medidas cautelares. Medidas cautelares ex officio. Caução e contra-cautela. Cassação, revogação, suspensão, modificação, e substituição das medidas cautelares.

8.1.3. Medidas cautelares preparatórias e incidentais.

8.2. Tutela antecipada.

8.2.1. Conceito e fundamentos.

8.2.2. Espécies.

8.2.3. Requisitos.

8.2.4. Efetivação.

8.2.5. Estabilização da tutela antecipada no novo CPC.

8.2.6. Cassação, revogação, suspensão, modificação da tutela antecipada.

8.3. Fungibilidade entre tutela cautelar e tutela antecipada.

8.4. Responsabilidade objetiva do requerente da tutela provisória.

9. EXECUÇÃO

9.1. O conceito de atividade executiva. Cognição e execução. Execução, ação executiva, processo de execução e fase de cumprimento de sentença.

9.2. Meios executivos.

a) técnica executiva e tutela dos direitos

b) execução direta e indireta: execução mediante meios coercitivos da vontade do devedor e execução mediante sub-rogação

c) a sentença substitutiva de declaração de vontade: as teses quanto à sua natureza

9.3. Requisitos para a execução.

a) Título executivo judicial e extrajudicial: definição de título executivo; espécies de títulos; requisitos dos títulos executivos: liquidez, certeza e exigibilidade

b) Inadimplemento.

9.4. Liquidação dos títulos judiciais

10. ARBITRAGEM

10.1. Arbitragem no direito interno. Noção. Distinção de outras figuras. Sua relação histórica com a jurisdição. Fundamentos de legitimidade. Constitucionalidade. A tutela estatal da arbitragem. Natureza jurídica.

10.2. Arbitrabilidade subjetiva e objetiva: capacidade dos sujeitos; patrimonialidade e disponibilidade do direito (Lei 9.307/1997, art. 1º; C. Civil, art. 852).

10.3. Convenção de arbitragem. Noção. Espécies. Cláusula compromissória (art. 4º). Cláusula compromissória em contratos de adesão. Cláusula compromissória vazia e cheia. Autonomia da cláusula compromissória. Compromisso arbitral. O princípio da Kompetenz-Kompetenz (competência-competência). Efeitos da convenção arbitral. Extinção da convenção arbitral.

10.4. Procedimento arbitral. Princípios. Início do procedimento: aceitação da função pelo árbitro. Eventual adendo à convenção. Impugnação aos árbitros ou à convenção: momento; limites da preclusão. A definição do procedimento. Desnecessidade de advogado. Conciliação. Medidas coercitivas e urgentes.

10.5. Sentença arbitral. Noção e espécies. Sentença parcial. Questão prejudicial. Lugar, prazo e forma de proferimento da sentença. Correção de erros materiais; suprimento de omissões e esclarecimentos. Eficácia e autoridade.

10.6. Impugnação do processo e da sentença arbitral. Os princípios norteadores. Defeitos impugnáveis. Vias utilizáveis. Ação autônoma. Impugnação ao cumprimento de sentença (excepcionalmente embargos). A impugnação por terceiros juridicamente interessados. Os árbitros e as súmulas vinculantes.

10.7. Liquidação e execução da sentença arbitral.

11. PROCESSO COLETIVO

11.1. Fundamentos constitucionais do processo coletivo

11.2. Princípios do processo coletivo

11.3. As principais modalidades de ação coletiva: objeto

11.4. Legitimidade ativa para as diferentes ações coletivas

11.5. Legitimidade passiva

11.6. Coisa julgada nas ações coletivas

11.7. As relações entre legitimidade individual e ação coletiva

11.8. A eficácia das decisões no processo coletivo

12. AÇÕES CONSTITUCIONAIS

12.1. Introdução: Processo e Constituição.

12.2. Jurisdição constitucional das liberdades.

12.3. Ações de controle da administração pública.

12.4. Ações constitucionais de caráter coletivo.

12.5. Ações de controle de constitucionalidade.

13. PROCESSO CIVIL E DIREITOS FUNDAMENTAIS

13.1. Estado constitucional. Conceito e avaliação da posição política. O Estado constitucional na história. Repercussão do Estado constitucional para o processo.

13.2. Neoconstitucionalismo. Conceito e análise crítica. Pressupostos da sua formação e consequências.

13.3. Princípios constitucionais. Conceito, função e valor. O papel dos princípios constitucionais. Interpretação dos princípios constitucionais. Eficácia dos princípios constitucionais. Colisão e superação dos princípios constitucionais. Harmonização dos princípios constitucionais.

13.4. Direitos fundamentais. Perspectivas objetiva e subjetiva. Eficácias vertical, horizontal e vertical com repercussão lateral dos direitos fundamentais.

13.5. Regra da proporcionalidade e processo civil. Aplicação e interpretação. Utilização prática e questões controvertidas. A regra da proporcionalidade na tutela de urgência. A regra da proporcionalidade na prova ilícita. Outros casos de aplicação da regra.

13.6. Dever de conformação legislativa e judicial do processo civil à luz dos direitos fundamentais. A eficácia dos direitos fundamentais na conformação do processo. Cláusulas gerais processuais. O dever do juiz de conformar o processo ao direito material.